



REQ
00007/2024

SENADO FEDERAL

PLANO DE TRABALHO

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) foi criada por meio da Resolução nº 4, do Congresso Nacional, de 30 de dezembro de 2008, e tem como principal competência acompanhar a implementação das políticas públicas sobre mudança do clima, com base nos acordos internacionais ratificados pelo Brasil.

Neste ano fui eleito Relator da CMMC, sob a Presidência da Deputada Socorro Neri e a Vice-Presidência do Senador Humberto Costa. Assim, daremos continuidade aos debates e atividades com a participação dos setores diretamente envolvidos com esse que é o tema mais relevante e urgente da agenda global. O papel desta Comissão é crucial diante do aumento da frequência de fenômenos climáticos no Brasil e em todo mundo.

Como em anos anteriores, as mudanças do uso da terra responderam pela maior parte das emissões brutas brasileiras: 48% em 2022, contra 52% em 2021. Somando as emissões por desmatamento e outras mudanças de uso da terra com as do setor agropecuário, conclui-se que a atividade agropecuária responde por 75% de toda a emissão de poluentes no Brasil.

O setor de energia teve uma redução de 5%, após registrar em 2021 uma alta recorde de 12%, a maior desde 1973. Em 2022 foram emitidas 412 milhões de toneladas de CO2 equivalente, contra 434 milhões em 2021. A queda se deve principalmente às chuvas abundantes, que reduziram a geração termelétrica, e à contínua entrada de renováveis em grande





SENADO FEDERAL

quantidade na matriz. O setor de processos industriais e uso de produtos registrou queda de 6% (para 78 milhões de toneladas), decorrente principalmente da diminuição da produção de cimento, e o de resíduos, uma redução de 1% (91 milhões de toneladas de CO₂), causada sobretudo pela redução da população brasileira no último Censo.

Trago esses exemplos para reforçar que não se trata de atrelar esse ou aquele setor ao impacto ambiental negativo. Entendo que todos são fundamentais para o desenvolvimento e economia do país e exatamente por terem tamanha importância faz-se necessária a identificação de alternativas que sejam favoráveis a todos aqueles que dependem dos setores produtivos (produtores e consumidores). Há exemplos abundantes de práticas que favorecem a redução da emissão de poluentes em todos os setores, e estas devem ser estimuladas com base no diálogo e na transparência.

Segundo os mais recentes dados globais do CAIT/ WRI, referentes ao ano de 2020, o Brasil ocupa uma posição elevada entre os maiores emissores do planeta: o país é o sexto maior emissor de gases de efeito estufa do mundo, com 3 do total mundial. O país fica atrás de China (26%), EUA (11%), Índia (7%), União Europeia (6%) e Rússia (3,8%) e logo atrás, quase empatado com a Indonésia (3%). Se considerarmos o bloco da UE como um país, o Brasil se torna o sétimo maior emissor do planeta.

Comparando-se as emissões per capita brasileiras com as do resto do mundo, nota-se que o país segue emitindo mais do que a média mundial. Em 2020, último ano para o qual há dados globais disponíveis, as emissões per capita médias globais foram de 6,1 toneladas. No Brasil, as emissões brutas





SENADO FEDERAL

per capita em 2022 foram de 11,4 toneladas, e as líquidas, de 8,3 toneladas; mais próximas, mas mesmo assim maiores, que a média mundial.

Esses dados atestam a importância dos trabalhos desta Comissão para implementar a contribuição brasileira na reversão dos efeitos da mudança do clima, sobretudo para garantir a diminuição do desmatamento, viabilizar a agricultura de baixo carbono e trazer resiliência aos centros urbanos diante dos efeitos da alteração do clima.

No Brasil, o aumento dos efeitos extremos já são uma realidade. As crises hídricas que têm ocorrido em diversas regiões e o aumento na frequência de eventos extremos como inundações, como a que aconteceu recentemente no estado do Rio Grande do Sul, que são associadas à mudança do clima. Os modelos climáticos preveem a gradual conversão de florestas tropicais densas, como as encontradas na Amazônia, em ambientes vegetais mais áridos, devido à diminuição de chuvas e ao aumento de queimadas. Ainda, a alteração do padrão de precipitação nas principais regiões agrícolas no Centro-Oeste e Sudeste, com graves impactos para a economia nacional e a elevação do nível dos mares, com imensos prejuízos às cidades costeiras. Portanto, entendo como é urgente a adoção de ações para reverter esse quadro e para tornar mais resilientes – ou seja, mais adaptados – os ambientes urbanos e rurais aos efeitos da mudança do clima.

Participei, em 2022, da 27ª Conferência sobre Mudança Climática da ONU (COP27), em Sharm El-Sheikh, Egito, e da COP28, em Dubai, Emirados Árabes Unidos, em 2023.





SENADO FEDERAL

Notamos que o Brasil é signatário do Acordo de Paris, cujas regras incluem um esforço conjunto para ações de mitigação e de adaptação. Seu principal objetivo de longo prazo é manter "muito abaixo de 2° C" o aquecimento do Planeta, evitando efeitos climáticos de difícil reversão, como elevação do nível dos mares, predominância de eventos climáticos extremos e impactos negativos sobre a segurança alimentar.

Nosso papel é cobrar o cumprimento das metas assumidas e, como parlamentares, contribuir para que isso aconteça. Para que a temperatura do Planeta não ultrapasse 2° C, será necessária uma ambição cada vez maior do Brasil e dos demais países que assinaram esse Acordo.

Observo que a obrigação assumida pelo Brasil é de reduzir em 43% as emissões de GEE até o ano de 2030 e, de forma escalonada, em 37% até 2025, tomando como base nas emissões do ano de 2005. Dentre as metas setoriais da NDC, destacam-se medidas para contenção do desmatamento. No setor de uso do solo e florestas, a meta é zerar o desmatamento ilegal até 2030 e restaurar 12 milhões de hectares de florestas.

Destacam-se as metas para o setor agrícola, com base no Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), incluindo recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e aumentar em 5 milhões de hectares a área de integração lavoura, pecuária e floresta.

No setor de energia, a contribuição do Brasil objetiva alcançar uma participação de 45% de energias renováveis na matriz energética em 2030, com a expansão do uso de fontes renováveis, inclusive pelo aumento da





SENADO FEDERAL

participação de eólica, biomassa e solar, bem como o aumento da eficiência no setor elétrico até 2030. Destaca-se ainda o incremento da participação de bioenergia sustentável para aproximadamente 18% da matriz energética brasileira até 2030, por meio da expansão no uso de biocombustíveis.

O Plano de Trabalho desta comissão para 2024, que ora submeto aos demais membros da Comissão, prevê a realização das seguintes ações:

Eixo 1: Cenários da Emergência Climática: Inundações, Desertificação e Oscilações de Temperatura Acima de 1.5°C.

Por muitos anos a agenda do clima foi negligenciada. Os mais recentes dados das agências acreditadas demonstram de forma definitiva o cenário catastrófico ao qual estamos todos submetidos. Esclarecer esse cenário de emergência climática e apresentar os cenários de mitigação e adaptação acabam por ser embrionário, porém inevitáveis ao processo.

Perfil dos convidados: cientistas e membros da academia, consultores especializados, membros destacados da sociedade civil, representantes da juventude e de populações vulneráveis, comunidades tradicionais.

Propósito: estabelecer uma agenda concatenada com o cenário de emergência climática com foco na ponte para a justiça climática.





SENADO FEDERAL

Temas para a pauta: Análise sobre as vulnerabilidades principais do Brasil e cenários previstos para as diferentes realidades. Importante considerar a diversidade regional e social do país fazendo o cruzamento da tendência ambiental com o impacto social, diferenciando zona urbana de rural e centros e periferias.

Eixo 2: Agenda Governamental e Legislações Vigentes.

Há muitas incertezas sobre o compasso das providências em torno da agenda climática no Brasil. Ao mesmo tempo em que o Brasil se coloca à frente do debate da descarbonização, ações contrárias têm reverberado, gerando insegurança.

Perfil dos convidados:* Ministra do Meio Ambiente, Ministro da Agricultura, Ministro de Minas e Energia, Ministro da Fazenda, Ministro da Infraestrutura, Ministro das Relações Exteriores, Secretária de Mudanças Climáticas, Presidenta da Petrobras, Defesa Civil.

Propósito: esclarecer ao Congresso Nacional a atual estratégia climática do Brasil.

Temas para a pauta: Plano de Transformação Ecológica, Plano Clima, Código Florestal, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Licenciamento Ambiental, Gestão de Resíduos, Compensação Ambiental, Planejamento Estratégico da Petrobras.

** Neste Eixo, as Audiências Públicas podem ser convertidas em visitas aos ocupantes das pastas, com convite para toda a Comissão.*





SENADO FEDERAL

Eixo 3: O Esforço da Mitigação Climática.

A agenda climática vem sendo liderada por ações de mitigação, isto é, de modo simplificado, por medidas e esforços de redução da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Desde a adoção dos acordos climáticos modernos, não foi por outro motivo que não negócios que lateralmente buscavam a descarbonização, desde que mantivessem retornos de mercado, a agenda climática reverberou algum cuidado. Escancarar a esquizofrenia modelo tradicional de mercado deve ser parte dos trabalhos desta Comissão.

Perfil dos convidados: agências reguladoras, poder executivo, associações do setor privado, bancos de fomento, instituições financeiras.

Propósito: trazer mais consciência e maior ambição dos atores no papel da mitigação no combate às mudanças climáticas

Temas para a pauta: Engajamento dos setores difíceis de descarbonizar no caminho para a descarbonização, discussão de soluções como substituição de materiais, mercado de carbono, CCS Brasil, entre outros.

Eixo 4: O Momento da Adaptação Climática.

O debate sério e responsável se tornou imprescindível depois das últimas catástrofes climáticas no território nacional, sobretudo o recente cenário de seca na Floresta Amazônica e as enchentes no Rio Grande do Sul. A falta de providências efetivas que criem maior resiliência acaba por afetar diretamente a análise de cenários para o futuro. Um país na magnitude do





SENADO FEDERAL

Brasil não pode se colocar à margem da liderança da adaptação que se faz necessária por conta da crise climática em que atuamos.

Perfil dos convidados: cientistas, academia, especialistas em estatísticas e eventos extremos, representantes de comunidades afetadas, advogados, representantes do setor privado e do terceiro setor.

Propósito: estabelecer um plano de trabalho do Congresso Nacional orientado para a construção de resiliência climática.

Temas para a pauta: Identificar e discutir as áreas de maior vulnerabilidade, indicando que as soluções precisam vir a corrigir iniquidades históricas, com uma perspectiva de justiça climática que incorpore aspectos de justiça social, procedimental, histórica e reparatória.

Eixo 5: Financiando o Combate às Mudanças Climáticas.

Os recursos para a ação climática estão em debate há décadas. A comunidade internacional tem consciência acerca da insuficiência dos investimentos no combate às mudanças climáticas. Para isso, a agenda climática internacional desse ano se move em torno da nova meta global quantificável para o financiamento climático, que certamente precisa entrar na pauta recorrente do Congresso Nacional, ao passo que países têm empreendido ações de forma 4 bilateral ou multilateral para antecipar o cenário de incerteza em relação à obtenção de recursos para a agenda.

Perfil dos convidados: bancos de fomento, fundos de impacto, instituições financeiras, Inter American Development Bank (IDB),





SENADO FEDERAL

representantes do governo nacional e de autarquias; representantes e membros da diplomacia de outros países.

Propósito: identificar as providências necessárias para facilitar o acesso aos recursos necessários e verificar a aplicação dos recursos já disponibilizados.

Temas para a pauta: volume de recursos disponíveis no Brasil; principais atores no processo de facilitação de acesso de recurso; procedimentos para acesso de recursos concessionais (*grants, blended finance*); abertura de editais e acesso à sociedade civil; o papel do mercado de capitais e do setor financeiro regulado.

Eixo 6: Medidas e Providências Setoriais; Setor Privado; Padrões de Reporte, Riscos Climáticos e Climatewashing.

Como medida essencial para entender os detalhes, é necessário ainda identificar lacunas e providências para cada setor afetado, iniciando pelos setores altamente carbonizados, tratando de subsídios a incentivos desconectados com o cenário atual a medidas de reversão da tendência de agravamento da crise climática. Propomos, ainda, um olhar para ações de empresas e organizações que buscam colaborar com a agenda do clima, assim como para o avanço da regulação de reporte e padrões regulados e obrigatórios na pauta.





SENADO FEDERAL

Perfil dos convidados: cientistas políticos, deputados e senadores representantes de setores específicos, associações representativas, membros do poder executivo.

Propósito: escancarar o descompasso das ações e medidas atuais com a necessidade de combater as mudanças climáticas.

Temas para a pauta: subsídios no setor de óleo e gás; regulação no setor de energia; mercado de carbono; mineração, transportes, entre outros.

Eixo 7: Agricultura, Pecuária, suas Possibilidades, Contribuições e Alternativas.

Perfil dos convidados: Entidades representativas do setor agropecuário (FPA, CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Ministro da Agricultura.

Propósito: Compreender e avaliar ações e providências voltadas para a efetivação do combate às mudanças climáticas no setor de agricultura e pecuária.

Temas: impactos da agricultura e pecuária, técnicas de manejo sustentável e de baixo carbono, cadastro ambiental rural, alternativas para o manejo, certificações para exportação, experiências de produção com floresta em pé, potencial da bioeconomia.

Sugestão: incluir visita técnica a pelo menos dois casos de sucesso, sendo um na agricultura e outro na pecuária.





SENADO FEDERAL

Eixo 8: Transparência, Governança e Meios de Implementação.

A agenda do clima acabou se organizando em torno de regras da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas. A complexidade dos conceitos e procedimentos é uma barreira à sua implementação. O Congresso Nacional precisa estar atento para as lacunas entre o que é decidido no âmbito das conferências climáticas e como essas ações devem ser implementadas no âmbito nacional.

Perfil dos convidados: cientistas, academia, especialistas em estatísticas e eventos extremos, representantes de comunidades afetadas, advogados, representantes do setor privado e do terceiro setor.

Propósito: estabelecer um plano de trabalho orientado para a construção de resiliência climática.

Temas para a pauta: Geração e disponibilização de dados. Endereçar vieses de geração e coleta de dados.

Eixo 9: Posicionamento Internacional, G20 e COP30.

A posição do Brasil na agenda internacional, com a liderança do G20 e do BRICS, assim como o engajamento na Troika e a presidência da COP30, mais que uma oportunidade, representa enorme responsabilidade para o país na agenda climática.

Perfil dos convidados: Ministério do Meio Ambiente, negociadores do Itamaraty, Governo do Pará, Latin American Climate Lawyers Initiative





SENADO FEDERAL

for Mobilizing Action (LACLIMA), Instituto Talanoa, Instituto Clima e Sociedade e organizações da sociedade civil participantes da agenda internacional

Propósito: esclarecer ao Congresso Nacional a atual estratégia climática do Brasil.

Temas para a pauta: posições sensíveis nas negociações das conferências climáticas; infraestrutura e cumprimento das regras de acreditação para a COP30; engajamento da sociedade civil nos comitês e conselhos, dentre outros.

Além das audiências públicas indicadas pelos eixos de ações e visitas a instituições do Executivo Federal, consideramos importante a participação dos membros da CMMC nos principais eventos internacionais da agenda climática, e de forma destacada os seguintes eventos:

Climate Week NYC September 22-29, 2024,
<https://www.climateweeknyc.org/>

COP16 Cali October/November 2024,
<https://www.cop16colombia.com/es/> (Biodiversidade)

COP29 Baku November 2024 <https://cop29.az/en> (Mudanças Climáticas)





SENADO FEDERAL

Também estão previstas diligências em 5 Biomas

- **Amazônia** => desmatamento, mineração e experiências de sucesso de bioeconomia.
- **Cerrado** => desmatamento, queimadas, impacto do agronegócio
- **Mata Atlântica** => desmatamento + experiência de bioeconomia + experiência em reflorestamento.
- **Caatinga** => desertificação, crise na produção da agricultura familiar, impacto na economia local, alto potencial de captura de carbono.
- **Pampa** => impacto da enchentes, alternativas sustentáveis e boas práticas.

Sala da Comissão,

Deputada SOCORRO NERI, Presidente

Senador HUMBERTO COSTA, Vice-Presidente





SENADO FEDERAL

Senador ALESSANDRO VIEIRA, Relator

SF/24719.00551-10



Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7188598684>